

DO SUCESSO

RELATÓRIO DE CONTAS INDIVIDUAIS

PARA NOVOS

GALP ENERGIA

DESAFIOS

2009



GALP ENERGIA

RELATÓRIO DE CONTAS INDIVIDUAIS 2009

Contas individuais	4
Relatório de auditoria	29
Certificação legal das contas	30
Relatório e parecer do conselho fiscal	31

GALP ENERGIA, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

ACTIVO	NOTAS	2009		2008	
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Propriedade industrial e outros direitos	8 e 10	8	(8)	-	1
Trespases	8 e 10	114	(59)	55	-
		122	(67)	55	1
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento básico	10	34	(34)	-	-
Equipamento de transporte	10	52	(52)	-	-
Equipamento administrativo	10	682	(668)	14	23
Outras imobilizações corpóreas	10	1.128	(1.128)	-	10
		1.896	(1.882)	14	33
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do Grupo	10 e 16	1.909.110	(425)	1.908.685	2.127.756
Empréstimos a empresas do Grupo	10 e 16	1.387.555	-	1.387.555	958.864
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	345	-	345	462
Outros empréstimos concedidos	10	90	-	90	90
		3.297.100	(425)	3.296.675	3.087.172
CIRCULANTE					
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, conta corrente	16	1.018	-	1.018	1.925
Empresas do Grupo	16	476.440	-	476.440	556.646
Adiantamentos a fornecedores		42	-	42	14
Estado e outros entes públicos	28	11.585	-	11.585	14.000
Outros devedores	21 e 49	803	(286)	517	1.062
		489.888	(286)	489.602	573.647
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	51	43.790	-	43.790	3.623
Caixa	51	7	-	7	7
		43.797	-	43.797	3.630
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
Acréscimos de proveitos	50	2.429	-	2.429	3.887
Custos diferidos	50	454	-	454	629
		2.883	-	2.883	4.516
Total de amortizações			(1.949)		
Total de ajustamentos			(711)		
Total do activo		3.835.686	(2.660)	3.833.026	3.668.999

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
 Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
 Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
 Eng. José António Marques Gonçalves
 Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
 Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
 Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
 Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Massimo Mondazzi
 Dr. Claudio De Marco
 Dr. Paolo Grossi
 Eng. Maria Rita Galli
 Eng. Fabrizio Dassogno
 Eng. Giuseppe Ricci
 Eng. Luigi Spelli
 Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

GALP ENERGIA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

CUSTOS E PERDAS	NOTAS	2009	2008
Fornecimentos e serviços externos		7.347	8.663
Custos com o pessoal:			
Remunerações		3.892	4.941
Encargos Sociais:			
Outros		306	253
		4.198	5.194
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	23	23
Provisões	34	855	878
		878	969
Impostos		929	602
Outros custos e perdas operacionais		-	28
		929	630
(A)		13.352	15.479
Perdas em empresas do Grupo e associadas	45	62	1.604
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do Grupo	45	1.704	13.239
Outros	45	59.108	60.874
		60.874	26.648
(C)		74.226	56.970
Custos e perdas extraordinários	46	847	838
(E)		75.073	57.808
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	(1.778)	1.105
(G)		73.295	58.913
Resultado líquido do exercício		285.214	472.973
		358.509	531.886

As notas anexas fazem parte da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
Eng. José António Marques Gonçalves
Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Massimo Mondazzi
Dr. Claudio De Marco
Dr. Paolo Grossi
Eng. Maria Rita Galli
Eng. Fabrizio Dassogno
Eng. Giuseppe Ricci
Eng. Luigi Spelli
Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

PROVEITOS E GANHOS	NOTAS	2009	2008
Prestações de serviços	16	7.937	6.437
Proveitos suplementares	16	659	2.030
(B)		8.596	8.467
Ganhos em empresas do Grupo e associadas	45	290.766	467.770
Rendimentos de participações de capital	45	-	17
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do Grupo	45	49.565	55.191
Outros	45	9.474	388
(D)		358.401	531.833
Proveitos e ganhos extraordinários	46	108	53
(F)		358.509	531.886
Resultados operacionais (B)-(A)		(4.756)	(7.012)
Resultados financeiros (D-B)-(C-A)		288.931	481.875
Resultados correntes (D)-(C)		284.175	474.863
Resultados antes de impostos (F)-(E)		283.436	474.078
Resultado líquido do exercício (F)-(G)		285.214	472.973

GALP ENERGIA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	NOTAS	2009	2008
Prestações de Serviços	16	7.937	6.437
Custo das Prestações de Serviços		(7.937)	(6.437)
Resultados brutos		-	-
Outros proveitos e ganhos operacionais		766	2.083
Custos administrativos		(5.074)	(6.187)
Outros custos e perdas operacionais		(1.172)	(3.694)
Resultados operacionais		(5.480)	(7.798)
Custo/(proveito) líquido de financiamento		(1.788)	15.693
Ganhos/(perdas) em filiais e associadas	45	290.672	466.166
Ganhos/(perdas) em outros investimentos	45	32	17
Resultados correntes		283.436	474.078
Imposto sobre os resultados correntes	6	1.778	(1.105)
Resultados correntes após impostos e resultados líquidos		285.214	472.973
Resultado por acção (Euros)		0,34	0,57

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
Eng. José António Marques Gonçalves
Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Massimo Mondazzi
Dr. Claudio De Marco
Dr. Paolo Grossi
Eng. Maria Rita Galli
Eng. Fabrizio Dassogno
Eng. Giuseppe Ricci
Eng. Luigi Spelli
Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

GALP ENERGIA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	NOTAS	2009	2008
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		11.299	10.202
Pagamentos a fornecedores		(9.089)	(9.949)
Pagamentos ao pessoal		(4.541)	(5.078)
Fluxos gerados pelas operações		(2.331)	(4.825)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		67.442	(65.692)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(4.808)	(3.835)
Fluxos das actividades operacionais (1)		60.303	(74.352)
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos/distribuição de resultados	10	501.409	434.537
Juros e proveitos similares		21.391	16.593
Empréstimos concedidos		603.457	849.347
		1.126.257	1.300.477
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(1.154)	-
Empréstimos concedidos		(1.005.711)	(1.437.128)
		(1.006.865)	(1.437.128)
Fluxos das actividades de investimento (2)		119.392	(136.650)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		742.045	787.900
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(428.165)	(482.436)
Juros e custos similares		(52.219)	(30.031)
Dividendos	40	(191.021)	(263.410)
		(671.405)	(775.877)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		70.640	12.023
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		250.335	(198.979)
Efeito das diferenças de câmbio		-	(22)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício (a)	51	(206.842)	(7.840)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	51	43.493	(206.842)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
Eng. José António Marques Gonçalves
Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Massimo Mondazzi
Dr. Claudio De Marco
Dr. Paolo Grossi
Eng. Maria Rita Galli
Eng. Fabrizio Dassogno
Eng. Giuseppe Ricci
Eng. Luigi Spelli
Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

GALP ENERGIA, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sob a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.”, tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual – Galp Energia, SGPS, S.A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. (fundida na Empresa com efeitos a 1 de Janeiro de 2008) e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., actualmente denominada Galp Gás Natural, S.A..

Ao longo dos últimos anos a estrutura accionista da Empresa sofreu diversas alterações encontrando-se a posição em 31 de Dezembro de 2009 evidenciada na Nota 37.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.c). A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2009 e no resultado líquido do exercício findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos.

Na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas, a empresa adoptou os IFRS – *International Financial Reporting Standards*, tal como adoptados pela União Europeia. Por esta razão, os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, bem como os resultados dos exercícios, findos naquelas datas, que constam nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, diferem dos valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do Grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

(a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas por licenças de *software* e *trespasses*. A rubrica de propriedade industrial e outros direitos encontra-se totalmente amortizada (Nota 8). A rubrica de *trespasses* (“*Goodwill*”) diz respeito à diferença entre o valor de aquisição de participações financeiras e o valor patrimonial equivalente das empresas adquiridas, à data de aquisição, os quais são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de cinco anos (Nota 8).

(b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS DE VIDA ÚTIL
Equipamento administrativo	5 a 8
Outras imobilizações corpóreas	8

(c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, os quais correspondem ao valor atribuído para efeitos de realização em espécie do capital (Nota Introdutória), o qual foi acrescido ou reduzido pela diferença para o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas.

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do Grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período respectivo (Nota 45). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Conforme mencionado na alínea h) abaixo o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações de subsidiárias que são expressas em moeda estrangeira é registado na rubrica ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, do capital próprio.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital noutras empresas (participações inferiores a 20%), encontram-se registados ao custo de aquisição na rubrica de títulos e outras aplicações financeiras.

Os empréstimos concedidos a empresas do Grupo e associadas são registados pelo seu valor nominal.

As perdas estimadas na realização e/ou recuperação de investimentos financeiros encontram-se registadas na rubrica de outras provisões – partes de capital (Nota 34).

(d) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas (Nota 50).

(e) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, no activo e passivo a médio e longo prazo.

(f) Férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais são registados como custo do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data do balanço foram estimados e incluídos na rubrica "Acréscimos de custos" (Nota 50).

(g) Impostos sobre o rendimento

Desde o exercício de 2001, a Galp Energia, SGPS, S.A. encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS") o qual abrange todas as empresas em que participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributados em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura (Nota 6).

(h) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras de empresas participadas expressas em moeda estrangeira, foram incluídas no capital próprio na rubrica de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- (i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os activos e passivos;
- (ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados;
- (iii) taxa de câmbio histórica para converter as restantes rubricas de capital próprio.

6. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa referentes aos anos de 2006 a 2009 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as correcções resultantes de eventuais revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

A Empresa e algumas das suas subsidiárias são tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Empresa. Contudo, as estimativas de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias são registadas com base nos seus resultados fiscais, que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 representa uma conta a pagar e a receber dessas empresas nos montantes de 20.454 mEuros (Nota 16) e 15.610 mEuros (Nota 16), respectivamente.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados, é como segue:

Resultados antes de impostos	283.436
Taxa nominal de imposto agregada	26,5%
Imposto esperado	75.111
Diferenças permanentes (a)	(76.893)
Impostos diferidos	(139)
Ajustamentos à colecta	143
Imposto sobre o rendimento do exercício	(1.778)

(a) As diferenças permanentes apresentam a seguinte composição:

Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 45)	(290.704)
Insuficiência da estimativa para imposto (Nota 46)	543
	(290.161)
Taxa nominal do imposto	26,5%
	(76.893)

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados, tem o seguinte detalhe:

Estimativa de imposto corrente (Nota 28)	(1.639)
Imposto diferido	(139)
	(1.778)

De acordo com a legislação fiscal em vigor, os ganhos e perdas resultantes do reconhecimento da quota-parte nos resultados de empresas do grupo e associadas apurados através do método da equivalência patrimonial não são considerados proveitos ou custos, respectivamente, para efeitos de tributação em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente. Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28, não foram registados impostos diferidos passivos relacionados com lucros não distribuídos pelas subsidiárias.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Para além dos membros dos Órgãos Sociais, em 31 de Dezembro de 2009 existia 1 pessoa ao serviço da Empresa.

8. PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS E TRESPASSES

Em 31 de Dezembro de 2009 esta rubrica apresentava os seguintes saldos:

	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Propriedade industrial e outros direitos:			
Software e licenças	8	(8)	-
Trespases:			
ENACOL-Empresa Nacional de Combustíveis, Lda.	114	(59)	55
	122	(67)	55

10. MOVIMENTO NO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os movimentos ocorridos nas rubricas de imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos para investimentos financeiros, foram como segue:

	ACTIVO BRUTO					
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	DIMINUIÇÕES	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	SALDO FINAL
Imobilizações incorpóreas:						
Propriedade industrial e outros direitos	8	-	-	-	-	8
Trespases	-	-	114	-	-	114
	8	-	114	-	-	122
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento básico	34	-	-	-	-	34
Equipamento de transporte	52	-	-	-	-	52
Equipamento administrativo	679	3	-	-	-	682
Outras imobilizações corpóreas	1.128	-	-	-	-	1.128
	1.893	3	-	-	-	1.896
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do Grupo (Nota 16)	2.128.181	1.154	-	-	(220.225)	1.909.110
Empréstimos a empresas do Grupo (Nota 16)	958.864	728.691	-	(300.000)	-	1.387.555
Titulos e outras aplicações financeiras (Nota 16)	462	-	(114)	(24)	21	345
Outros empréstimos concedidos	90	-	-	-	-	90
	3.087.597	729.845	(114)	(300.024)	(220.204)	3.297.100

Do aumento verificado na rubrica de partes de capital em empresas do Grupo, no montante de 1.154 mEuros, 1.104 mEuros respeita a prestações suplementares efectuadas pela Empresa à subsidiária Galp Power, SGPS, S.A. e 50 mEuros refere-se à realização do capital social da subsidiária Next Priority, SGPS, S.A., constituída no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Do aumento verificado na rubrica empréstimos a empresas do Grupo, no montante de 728.691 mEuros, (i) 700.000 mEuros refere-se a suprimentos concedidos à Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., (ii) 3.154 mEuros respeitam a suprimentos e 4.087 mEuros a juros vencidos e capitalizados, nos empréstimos, concedidos à GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A., (iii) 20.081 mEuros respeitam a suprimentos e 1.368 mEuros a juros vencidos e capitalizados nos empréstimos, concedidos à Galp Power, SGPS, S.A. (Nota 16).

A diminuição de mEuros 300.000, verificada na rubrica de empréstimos a empresas do Grupo, respeita ao reembolso de suprimentos da subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E AJUSTAMENTOS		
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	SALDO FINAL
Imobilizações incorpóreas (Nota 8)			
Propriedade industrial e outros direitos	7	1	8
Trespases	-	59	59
	7	60	67
Imobilizações corpóreas:			
Equipamento básico	34	-	34
Equipamento de transporte	52	-	52
Equipamento administrativo	656	12	668
Outras imobilizações corpóreas	1.118	10	1.128
	1.860	22	1.882
Investimentos financeiros:			
Ajustamentos em investimentos financeiros	425	-	425

Do total do aumento das amortizações acumuladas, o montante de mEuros 59, refere-se à amortização dos trespases, a qual foi registada na demonstração de resultados, por mEuros 13 na rubrica de custos e perdas financeiras (Nota 45) e por mEuros 46 na rubrica de custos e perdas extraordinárias, aumento de amortizações (Nota 46).

Recuperabilidade dos investimentos financeiros

A empresa, suportada nos planos de negócios das empresas participadas e nos resultados previsionais aí considerados, entende que, em 31 de Dezembro de 2009, o valor contabilístico dos seus investimentos financeiros em empresas do Grupo não excede o respectivo valor estimado de realização.

O movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, na rubrica de partes de capital em empresas do Grupo, tem a seguinte composição:

Saldo inicial	2.128.181
Constituição da subsidiária Next Priority, SGPS, S.A.	50
Prestações suplementares à Galp Power, SGPS, S.A.	1.104
	1.154
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial aos resultados das empresas do Grupo e associadas (Nota 45)	
Positivos	290.734
	290.734
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial relativo a outras variações nos capitais próprios das empresas do Grupo e associadas (Nota 40):	
Ajustamentos de conversão cambial	(9.550)
Dividendos atribuídos	
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	(330.720)
GDP-Gás de Portugal, SGPS, S.A.	(166.920)
Galp Energia, S.A.	(3.769)
	(501.409)
Saldo Final	1.909.110

16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os investimentos financeiros em empresas do Grupo e associadas, tinham a seguinte composição:

	31 DE DEZEMBRO DE 2009						31 DE DEZEMBRO DE 2008		
	SEDE SOCIAL	TOTAL ACTIVO	TOTAL PASSIVO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO LÍQUIDO	%	VALOR	%	VALOR
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (a)	Lisboa	5.348.520	3.973.288	1.375.232	181.859	100,00%	1.375.182	100,00%	1.531.013
Galp Energia, S.A.	Lisboa	41.423	33.474	7.949	3.820	100,00%	7.949	100,00%	7.897
Galp Power, SGPS, S.A.	Lisboa	108.531	105.345	3.186	1.859	100,00%	3.186	100,00%	221
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.	Lisboa	1.512.515	989.772	522.743	103.198	100,00%	522.743	100,00%	589.050
Galp Energia E&P, B.V. (b)	Amsterdão	10	112	(102)	(62)	100,00%	-	100,00%	-
Next Priority, SGPS, S.A. (c)	Lisboa	50	-	50	-	100,00%	50		-
							1.909.110		2.128.181

(a) Para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial, no exercício de 2009 os capitais próprios são corrigidos do efeito das participações minoritárias destas empresas em outras subsidiárias do Grupo Galp.

(b) Esta empresa, apresenta capitais próprios negativos em 31 de Dezembro de 2009, pelo que, por efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial, encontra-se constituída uma provisão no montante de 102 mEuros (Nota 34).

(c) Durante o exercício de 2009, foi constituída a sociedade Next Priority, SGPS, S.A., com um capital social de 50 mEuros, integralmente subscrito e realizado, pela Empresa.

A rubrica de títulos e outras aplicações financeiras tem a seguinte composição, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

	2009			2008	
	SEDE	%	VALOR	%	VALOR
Adene - Agência para a Energia, S.A.	Lisboa	10,98%	114	10,98%	114
OEINERGE - Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras	Oeiras	1,45%	1	1,45%	1
Central E, S.A.	Lisboa	0,70%	2	0,70%	2
ENACOL - Empresa Nacional de Combustíveis, Lda.	Cabo Verde	0,71%	192	0,71%	285
Omegas - Sociedade D'Etuded du Gazoduc Magreb-Europe	Marrocos	5,00%	35	5,00%	35
Galp Swazilândia, Ltd. (a)	Matsapha	-	-	-	-
Galp Gâmbia, Ltd.	Banjul	-	1	-	1
Outros			-		24
			345		462

(a) Valor da participação inferior a mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos activos e passivos, com as principais empresas do Grupo são os seguintes:

	SALDOS ACTIVOS			
	CLIENTES CONTA-CORRENTE	EMPRESAS DO GRUPO	EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO (NOTA 10)	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS (NOTA 50)
CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, Lda.	-	949	-	-
Dianagás, S.A.	-	4.368	-	-
Duriensegás, S.A.	-	10.967	-	-
Fast Access, S.A.	22	4	-	-
Galp Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A.	-	470	-	1
Galp Energia E&P, B.V.	-	100	-	1
Galp Energia, S.A.	-	1.867	-	-
Galp Comercialização Portugal, Lda.	37	26.168	-	-
Galp Exploração, S.A.	113	24.073	-	-
Galp Gás Natural, S.A.	-	(6.145)	-	-
Galp Power, S.A.	82	7.177	-	-
Galp Power, SGPS, S.A.	-	-	98.045	421
Galp Swazilandia, Ltd.	22	-	-	-
Galpgeste, Lda.	-	141	-	-
Gasinsular, S.A.	-	730	-	1
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.	3	119.362	89.510	155
GDP Serviços, S.A.	160	2.410	-	-
Lisboagás, Comercialização S.A.	-	3.346	-	-
Lisboagás, S.A.	-	48.382	-	-
Lusitaniagás, S.A.	-	19.000	-	17
Medigás, S.A.	-	9.157	-	-
Paxgás, S.A.	-	2.627	-	-
Petrogal Angola, Lda.	20	19	-	-
Petrogal Cabo Verde, Lda.	-	335	-	-
Petrogal Guiné-Bissau, Lda.	18	16	-	-
Petrogal Moçambique, Lda.	32	19	-	-
Petrogás Guiné-Bissau, Lda.	16	17	-	-
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	452	108.313	1.200.000	1.833
Petromar-Sociedade Abastecimentos Petrolíferos, Lda.	22	23	-	-
Portcogeração, S.A.	-	275	-	-
Sinecogeração-Cogeração da Refinaria de Sines, S.A.	-	3.539	-	-
Soturis, S.A.	-	1.469	-	-
Tagusgás, S.A.	8	-	-	-
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	-	539	-	-
Transgás Armazenagem, S.A.	-	322	-	-
Transgás, S.A.	-	86.378	-	-
Outras empresas do Grupo	11	23	-	-
	1.018	476.440	1.387.555	2.429

Os empréstimos concedidos a empresas do Grupo, no montante de 1.387.555 mEuros, são remunerados à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 3% e não têm prazo de reembolso definido.

SALDOS PASSIVOS

	EMPRESAS DO GRUPO	FORNECEDORES CONTA-CORRENTE	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS
CLT - Companhia Logística Term. Marítimos, Lda.	1.280	-	-
CORS - Comp. Expl. de Est. Serv. e Ret. Serv. Aut., Lda.	6.000	-	4
Galp Açores, S.A.	3.555	-	-
Galp Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A.	6	-	-
Galp Energia Portugal Holding B.V.	30.008	-	12
Galp Energia, S.A.	15.634	239	-
Galp Exploração Timor Leste, S.A.	8.500	-	-
Galp Gás Natural, S.A.	74.340	7	-
Galp Gás Propano, S.A.	3.000	-	2
Galp Madeira, S.A.	5.368	-	-
Galp Power, S.A.	3.609	-	-
Galp Power, SGPS, S.A.	9.621	-	-
Galpgeste, Lda.	2.821	-	-
Gasmar, S.A.	441	-	-
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.	479	-	-
GDP Serviços, S.A.	6.512	-	-
Lisboagás, Comercialização S.A.	581	-	-
Medigás, S.A.	89	-	-
Paxgás, S.A.	56	-	-
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	13.650	58	27
Portcogeração, S.A.	25	-	-
Sacor Marítima, S.A.	30.993	2	-
Sinecogeração - Cogeração da Refinaria de Sines, S.A.	192	-	-
SM Internacional, S.A.	623	-	-
Soturis, S.A.	21	-	-
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	15.548	-	-
Transgás Armazenagem, S.A.	1.084	-	-
Transgás, S.A.	384	-	-
Tripul, S.A.	347	-	-
Outras empresas do Grupo	30	-	-
	234.797	306	45

Os saldos activos e passivos com empresas do Grupo, têm a seguinte composição:

	ACTIVOS	PASSIVOS
Regime especial de tributação de grupos de sociedades	15.610	20.454
Empréstimos concedidos e obtidos:		
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.	118.339	-
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	82.524	-
Transgás, S.A.	89.676	-
Lisboagás, S.A.	40.847	-
Galp Exploração, S.A.	24.073	-
Lusitaniagás, S.A.	19.000	-
Duriensegás, S.A.	10.077	-
Medigás, S.A.	8.837	-
Galp Power, S.A.	7.115	-
Dianagás, S.A.	4.144	-
Lisboagás Comercialização, S.A.	3.346	-
Paxgás, S.A.	2.586	-
Sinecogeração, S.A.	2.111	-
Soturís, S.A.	1.432	-
CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, Lda.	949	-
Gasinsular, S.A.	730	-
Galp Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A.	470	-
Petrogal Cabo Verde, Lda.	335	-
Portcogeração, S.A.	275	-
Galp Energia E&P B.V.	100	-
Galp Comercialização Portugal, Lda.	26.169	-
Galp Energia Portugal Holding B.V.	-	30.008
Tripul, S.A.	-	347
Gasmár, S.A.	-	442
SM Internacional, S.A.	-	623
Transgás Armazenagem, S.A.	-	1.060
Galpgeste, Lda.	-	2.821
Galp Açores, S.A.	-	3.555
Galp Madeira	-	5.368
GDP Serviços, S.A.	-	6.512
Galp Exploração Timor Leste, S.A.	-	8.487
CORS - Comp. Expl. de Est. Serv. e Ret. Serv. Aut., Lda.	-	6.000
Galp Power, SGPS, S.A.	-	9.621
Galp Gás Propano, S.A.	-	3.000
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	-	15.530
Galp Energia, S.A.	-	15.633
Sacor Marítima, S.A.	-	30.993
Galp Gás Natural, S.A.	-	74.341
	443.135	214.341
Outros	17.695	2
	476.440	234.797

Do montante de 443.135 mEuros, registado no activo na rubrica empresas do Grupo, 422.500 mEuros respeita ao “cash pooling” da Empresa com as empresas do Grupo e 20.635 mEuros a outros empréstimos de curto prazo. Os empréstimos concedidos são remunerados às taxas de juro normais de mercado.

Do montante de mEuros 17.695, registado na rubrica do activo em outros, mEuros 10.313 e mEuros 7.262, respeitam, respectivamente, ao redêbita à subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., dos encargos com a montagem do empréstimo obrigacionista de mEuros 700.000 e a juros vencidos e debitados durante o exercício de 2009, a liquidar em 2010.

Do montante de 214.340 mEuros, registado no passivo na rubrica empresas do Grupo 175.331 mEuros respeitam ao “cash pooling” da Empresa com as empresas do Grupo e 39.008 mEuros são relativos a outros empréstimos de curto prazo. Os empréstimos obtidos são remunerados às taxas de juro normais de mercado.

As rubricas do activo e passivo relativas a empresas do Grupo, incluem montantes a receber e pagar, em consequência da adopção do regime especial de tributação de grupos de sociedades (Nota 6), como se segue:

	EMPRESAS DO GRUPO	
	ACTIVO	PASSIVO
Relativo a exercícios anteriores:		
CLT, Lda.	-	98
Galp Energia, S.A.	-	1
Galp Gás Natural, S.A.	2	-
Galp Power, S.A.	62	1.659
Galp Power, SGPS, S.A.	-	941
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.	18	479
Medigás, S.A.	-	89
Outras Empresas	-	21
Paxgás, S.A.	3	56
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	474	11.373
Sinecogeração - Cogeração da Refinaria de Sines, S.A.	3	192
Soturís, S.A.	13	21
Transgás Armazenagem, S.A.	-	24
	575	14.954
Pagamentos por conta		
Galp Gás Natural, S.A.	(20.358)	-
Lisboagás, S.A.	(4.479)	-
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	(25.246)	-
Transgás, S.A.	(3.298)	-
	(53.381)	-
Relativo ao exercício de 2009 (Nota 28):		
CLT, Lda.	-	1.182
Combustíveis Líquidos, Lda.	-	6
Dianagás, S.A.	224	-
Duriensegás, S.A.	890	-
Galp Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A.	-	6
Galp Energia, S.A.	1.867	-
Galp Exploração Timor Leste, S.A.	-	13
Galp Gás Natural, S.A.	14.211	-
Galp Power, S.A.	-	819
Galp Power, SGPS, S.A.	-	190
Galpgeste, S.A.	141	-
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.	1.004	-
GDP - Serviços, S.A.	2.410	-
Lisboagás Comercialização, S.A.	-	581
Lisboagás, S.A.	12.014	-
Medigás, S.A.	320	-
Paxgás, S.A.	38	-
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	32.987	2.277
Portcogeração, S.A.	-	25
Sinecogeração - Cogeração da Refinaria de Sines, S.A.	1.425	-
Soturís, S.A.	24	-
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	539	17
Transgás Armazenagem, S.A.	322	-
Transgás, S.A.	-	384
	68.416	5.500
	15.610	20.454

As transacções efectuadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 com as empresas do Grupo, foram as seguintes:

	TRANSAÇÕES					
	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	JUROS SUPORTADOS (NOTA 45)	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	PROVEITOS SUPLEMENTARES	JUROS OBTIDOS (NOTA 45)	OUTROS PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS (NOTA 45)
CLT - Comp. Logística Term. Marítimos, Lda.	-	-	-	-	149	-
Dianagás, S.A.	-	-	-	-	102	-
Duriensegás, S.A.	-	-	-	-	269	-
CORS - Comp. Expl. de Est. Serv. e Ret. Serv. Aut., Lda.	-	33	-	-	-	-
Galp Comercialização Portugal, S.A.	-	-	-	-	215	-
Galp Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A.	-	-	-	-	2	-
Galp Energia E&P, B.V.	-	-	-	-	1	-
COMG - Comercialização de Gás, S.A.	-	15	-	-	-	-
Galp Açores, S.A.	-	46	-	-	1	-
Galp Energia Portugal Holding B.V.	-	12	-	-	-	-
Galp Energia, S.A.	2.338	64	-	168	6	-
Galp Swazilandia, Ltd.	-	-	-	22	-	-
Galp Exploração Timor Leste, Lda.	-	25	-	-	49	-
Galp Exploração, S.A.	-	1	1.133	-	2.451	-
Galp Gás Natural, S.A.	55	859	-	55	33	-
Galp Gás Propano, S.A.	-	2	-	-	-	-
Galp Madeira, S.A.	-	61	-	-	-	-
Galp Power, S.A.	-	-	820	-	160	-
Galp Power, SGPS, S.A.	-	25	-	-	2.980	-
Galpgeste, Lda.	-	19	-	-	3	-
Gasinsular, S.A.	-	-	-	-	13	-
Gasmar, S.A.	-	3	-	-	-	-
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.	-	-	-	-	6.124	-
GDP Serviços, S.A.	-	37	1.603	17	-	-
Lisboagás Comercialização, S.A.	-	-	-	-	254	-
Lisboagás, S.A.	-	-	-	(3)	873	-
Lusitaniagás - Comp Gás do Centro, S.A.	-	-	-	-	428	-
Medigás, S.A.	-	-	-	-	224	-
Paxgás, S.A.	-	-	-	-	56	-
Petrogal Angola, Lda.	-	-	-	-	1	-
Petrogal Cabo Verde, Lda.	-	-	-	-	1	-
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	604	-	4.381	315	33.276	9.450
Portcogeração, S.A.	-	-	-	-	247	-
Sacor Marítima, S.A.	-	257	-	-	1	-
Sinecogeração, S.A.	-	-	-	-	36	-
SM - Internacional, Lda.	-	5	-	-	-	-
Soturis, S.A.	-	-	-	-	37	-
Tagus RE, S.A.	-	132	-	21	-	-
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	-	45	-	-	-	-
Transgás Armazenagem, S.A.	-	12	-	-	-	-
Transgás, S.A.	-	49	-	-	1.573	-
Tripul, S.A.	-	2	-	-	-	-
	2.997	1.704	7.937	595	49.565	9.450

As prestações de serviços, no montante de 7.937 mEuros, respeitam, essencialmente, a serviços de gestão prestados às empresas do Grupo.

Do montante de mEuros 315 registado na rubrica proveitos suplementares, relativo à subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., mEuros 256 referem-se ao redébito do imposto de selo pago pela Empresa, relacionado com a montagem do empréstimo obrigacionista de mEuros 700.000, subscrito no exercício de 2009 (Nota 48).

O montante de mEuros 9.450 contabilizado em outros proveitos e ganhos financeiros, relativo à subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., respeita ao redébito dos encargos financeiros, suportados com a montagem do empréstimo obrigacionista (Notas 45 e 48).

19. VALORES DE MERCADO DO ACTIVO CIRCULANTE

Em 31 de Dezembro de 2009, não havia diferenças significativas nos valores das rubricas do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pela Empresa (Nota 3) e o respectivo valor de mercado, que não estivessem cobertas pelos ajustamentos constituídos.

21. AJUSTAMENTOS AOS VALORES DOS ACTIVOS CIRCULANTES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 não ocorreram movimentos nas rubricas de ajustamentos ao activo circulante, cujo montante em 31 de Dezembro de 2008 ascende a mEuros 286.

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas relacionadas com o pessoal:

	2009	2008
Dívidas activas (Nota 49)	171	139
Dívidas passivas (Nota 49)	(64)	(69)

28. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos.

Os saldos com estas entidades apresentavam a seguinte composição:

	2009	2008
Saldos Activos		
Imposto sobre o Valor Acrescentado - a recuperar	907	907
IRC a recuperar	10.672	13.022
IRC - retenções na fonte efectuadas por terceiros	6	71
	11.585	14.000
Saldos Passivos		
IRC - estimativa de imposto	-	7.513
IRC a pagar	7.795	378
Imposto sobre o Valor Acrescentado - a pagar	313	175
IRS - retido	91	115
Segurança social	14	13
	8.213	8.194

A rubrica passiva relativa a IRC – estimativa de imposto em 31 de Dezembro de 2009, tem o seguinte detalhe:

	IRC RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2009			
	À EMPRESA (NOTA 6)	A SUBSIDIÁRIAS (NOTA 16)		TOTAL
		A RECEBER	A PAGAR	
IRC - estimativa de imposto	1.639	3.183	(68.416)	(63.594)
IRC - retenções efectuadas por terceiros	101	2.317	-	2.418
IRC - pagamentos por conta	53.381	-	-	53.381
Total	55.121	5.500	(68.416)	(7.795)

32. GARANTIAS BANCÁRIAS

Resultante das contestações às inspecções fiscais e posteriores liquidações adicionais de imposto às empresas incluídas no RETGS, foram apresentadas garantias bancárias à DGCI no montante de mEuros 18.274, constituídas no BPI.

Garantias bancárias prestadas a uma autarquia, no montante de 3.882 mEuros destinadas a servir de caução em processos de execução fiscal. Estes processos encontram-se na esfera da empresa do Grupo, LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., motivo pelo qual não representam uma responsabilidade contingente para a Empresa.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

RUBRICA	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Provisões:				
Provisões para impostos	3.377	-	-	3.377
Provisões para processos judiciais em curso	969	855	(1.490)	334
Outras provisões	2	4	-	6
	4.348	859	(1.490)	3.717
Partes de capital (Notas 16 e 45)	40	62	-	102
	4.388	921	(1.490)	3.819

A provisão para impostos no montante de mEuros 3.377, destina-se a fazer face à contingência associada à operação de alienação da ONI, SGPS, S.A. à Galp Energia, S.A..

A contrapartida do incremento da rubrica de outras provisões, no montante de mEuros 4, encontra-se registada na demonstração de resultados, na rubrica de custos com o pessoal.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital da Empresa era composto por 829.250.635 acções com o valor nominal de um Euro cada, sendo 40.000.000 de acções da Categoria A e as restantes 789.250.635 acções da Categoria B. Às acções de Categoria A estão associados alguns direitos especiais, nomeadamente:

- (i) A eleição do presidente do conselho de administração só poderá ser aprovada com a maioria dos votos inerentes às acções da Categoria A;
- (ii) Quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa a segurança do abastecimento do país de petróleo, de gás e de electricidade, ou produtos derivados dos mesmos, não poderão ser aprovadas, nem em primeira, nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos inerentes às acções da Categoria A.

37. DETENTORES DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

	Nº ACÇÕES	% CAPITAL
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	33,34%
ENI, S.P.A.	276.472.161	33,34%
Restantes accionistas	209.934.289	25,32%
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	58.079.514	7,00%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1,00%
	829.250.635	100,00%

40. VARIAÇÕES OCORRIDAS NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

As variações ocorridas nas rubricas de capital próprio no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foram como segue:

	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	APLICAÇÃO DE RESULTADOS	SALDO FINAL
Capital	829.251	-	-	-	829.251
Prémios de emissão de acções	82.006	-	-	-	82.006
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 10)	66.828	-	(9.550)	-	57.279
Reserva legal	146.967	-	-	18.883	165.850
Reservas livres	27.977	-	-	-	27.977
Dividendos antecipados	(124.095)	-	(49.755)	124.095	(49.755)
Resultados transitados	777.565	-	-	188.729	966.294
Resultado líquido do exercício	472.973	285.214	-	(472.973)	285.214
	2.279.472	285.214	(59.305)	(141.266)	2.364.116

Por decisão da assembleia geral de accionistas realizada em 27 de Abril de 2009, a aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foi como segue:

Dividendos	265.361
Resultados transitados	188.729
Reservas legais	18.883
	472.973

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 a Empresa liquidou os dividendos em falta relativamente à distribuição do resultado do exercício de 2008, no montante de 141.266 mEuros. Adicionalmente, por deliberação do Conselho de Administração de 25 de Setembro de 2009, foram distribuídos dividendos antecipados por conta do resultado líquido do exercício de 2009, no montante de mEuros 49.755.

Reservas legais

De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que estas atinjam 20% do capital social. A reserva legal e o prémio de emissão de acções não podem ser distribuídos aos accionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizados para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas

O saldo inicial desta rubrica compreende essencialmente o efeito dos ajustamentos efectuados directamente aos capitais próprios pelas subsidiárias Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. e GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. aquando do registo pela primeira vez dos impostos diferidos, no montante de 78.830 mEuros. Adicionalmente, o saldo inicial desta rubrica e os movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, correspondem à variação entre exercícios dos saldos acumulados dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações financeiras de subsidiárias que se encontram expressas em moeda estrangeira e a outras variações nos capitais próprios das subsidiárias.

43. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos Membros dos órgãos Sociais da Galp Energia para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi de mEuros 5.840 e mEuros 6.788 respectivamente, da qual mEuros 4.498 e mEuros 4.182 corresponde a remuneração base, mEuros 988 e mEuros 872 a pagamentos para os fundos de pensões no âmbito de um plano de contribuições definidas, mEuros 95 e mEuros 1.524 a gratificações e prémios referentes ao exercício de 2008, pagos durante o exercício de 2009 e mEuros 259 e mEuros 210 a subsídios de renda e deslocação. Estes montantes apresentam a seguinte composição:

NOME	ANO DE 2009					ANO DE 2008				
	REMUNERAÇÃO BASE	PRÉMIOS	PPR	SUBSÍDIOS RENDA DE CASA E DESLOCAÇÃO	TOTAL	REMUNERAÇÃO BASE	PRÉMIOS	PPR	SUBSÍDIOS RENDA DE CASA E DESLOCAÇÃO	TOTAL
Administradores executivos										
Manuel Ferreira De Oliveira	1.068	44	267	62	1.441	1.073	617	268	62	2.020
Claudio De Marco	350	-	88	45	483	234	78	59	32	403
Carlos Nuno Gomes da Silva	350	-	88	-	438	234	78	59	-	371
Fabrizio Dassogno	350	-	88	45	483	234	78	59	31	402
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro	349	30	88	-	467	335	122	80	-	537
Fernando Manuel dos Santos Gomes	349	30	88	62	529	335	122	80	56	593
Francesco Antonietti	-	-	-	-	-	96	-	24	17	137
Massimo Giuseppe Rivara	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)	(4)
	2.816	104	707	214	3.841	2.541	1.095	629	194	4.459
Administradores não executivos										
José António Marques Gonçalves	425	15	106	-	546	425	206	106	-	737
João Pedro Leitão de Figueiredo Brito	319	30	88	-	437	339	122	57	-	518
Francisco Luís Murteira Nabo	210	(39)	-	-	171	210	7	-	-	217
Luigi Spelli	219	-	55	29	303	-	-	-	-	-
Luigi Piro	131	-	33	16	180	234	78	59	16	387
Paolo Grossi	42	-	-	-	42	28	-	-	-	28
Giuseppe Ricci	42	-	-	-	42	28	-	-	-	28
Rui Paulo Gonçalves	42	-	-	-	42	28	-	-	-	28
Manuel Domingos Vicente	42	-	-	-	42	42	-	-	-	42
Joaquim José Borges Gouveia	42	-	-	-	42	33	-	-	-	33
Camillo Gloria	25	-	-	-	25	42	-	-	-	42
Massimo Mondazzi	23	-	-	-	23	-	-	-	-	-
Alberto Chiarini	19	-	-	-	19	28	-	-	-	28
Francesco Giunti	6	-	-	-	6	-	-	-	-	-
Alberto Alves de Oliveira Pinto	-	(8)	-	-	(8)	13	8	-	-	21
Pedro António do Vadre Castelino e Alvim	-	(8)	-	-	(8)	13	8	-	-	21
Enrico Grigesi	-	-	-	-	-	84	-	21	-	105
	1.587	(10)	282	45	1.904	1.547	429	243	16	2.235
Conselho Fiscal										
Daniel Bessa Fernandes Coelho	42	-	-	-	42	42	-	-	-	42
José Gomes Honorato Ferreira	25	-	-	-	25	25	-	-	-	25
José Maria Rego Ribeiro da Cunha	25	-	-	-	25	25	-	-	-	25
	92	-	-	-	92	92	-	-	-	92
Assembleia Geral										
Daniel Proença de Carvalho	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Victor Manuel Pereira Dias	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1
Rui Machete	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
	3	-	-	-	3	3	-	-	-	3
	4.498	94	989	259	5.840	4.183	1.524	872	210	6.789

Do montante de mEuros 5.840 e mEuros 6.789, registados em 2009 e 2008 respectivamente, mEuros 3.846 e mEuros 4.883 foram contabilizados em custos com pessoal e mEuros 1.994 e mEuros 1.905 foram contabilizados em trabalhos especializados.

Ao abrigo da política actualmente adoptada, a remuneração dos administradores da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo Galp Energia.

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 têm a seguinte composição:

	2009	2008
Custos e perdas:		
Juros suportados - empréstimos bancários	25.684	24.608
Juros suportados - empresas do Grupo e associadas (Nota 16)	1.704	13.239
Juros suportados - empréstimo obrigacionista	19.618	-
Perdas em empresas do Grupo e associadas (Nota 34)	62	1.604
Amortizações de diferenças de aquisição em partes de capital (Nota 10)	13	-
Outros custos e perdas financeiros	13.793	2.040
	60.874	41.491
Resultados financeiros	288.931	481.875
	349.805	523.366
Proveitos e ganhos:		
Juros de depósitos bancários	21	258
Juros obtidos - empresas do Grupo e associadas (Nota 16)	49.565	55.191
Juros obtidos - outros	3	130
Ganhos em empresas do Grupo e associadas	290.734	467.770
Ganhos em outras participações financeiras	32	-
Outros proveitos e ganhos financeiros (Nota 16)	9.450	17
	349.805	523.366

Do montante de mEuros 13.806 contabilizado na rubrica de "Outros custos e perdas financeiras", mEuros 9.450 respeitam ao custo da montagem do empréstimo obrigacionista de mEuros 700.000, subscrito no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 48) e redebitado à subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (Nota 16), pelo que foi contabilizado igual montante na rubrica "Outros proveitos e ganhos financeiros".

As perdas e ganhos em empresas do Grupo e associadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, têm a seguinte composição:

	PERDAS (NOTA 34)	GANHOS (NOTA 10)
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	-	181.854
GDP SGPS, S.A.	-	103.198
Galp Energia, S.A.	-	3.820
Galp Power, SGPS, S.A.	-	1.862
Galp Energia E&P, B.V.	62	-
	62	290.734

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 têm a seguinte composição:

	2009	2008
Custos e perdas:		
Donativos	243	150
Perdas em imobilizações	15	49
Aumento de amortizações (Nota 10)	46	-
Insuficiência de estimativa para impostos (Nota 6)	543	439
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	101
Outros custos e perdas extraordinárias	-	99
	847	838
Resultados extraordinários	(739)	(785)
	108	53
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações	-	1
Correcções relativas a exercícios anteriores	7	26
Outros proveitos e ganhos extraordinários	101	26
	108	53

48. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009		2008	
	CURTO PRAZO	MÉDIO E LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	MÉDIO E LONGO PRAZO
Dívidas a instituições de crédito:				
Empréstimos internos	2.965	405.036	-	108.000
Papel comercial	-	100.000	200.000	550.000
Descobertos bancários (Nota 51)	304	-	210.472	-
	3.269	505.036	410.472	658.000
Empréstimo obrigacionista	-	700.000	-	-
	3.269	1.205.036	410.472	658.000

A Empresa contraiu em exercícios anteriores um empréstimo de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Sines, no montante de mEuros 58.000. O empréstimo foi recebido em duas tranches, nos montantes de mEuros 39.000 e mEuros 19.000, que são remuneradas, respectivamente, à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um *spread* variável e à taxa fixa revisível e têm o seguinte plano de reembolso previsto:

ANO	1º TRANCHE	2º TRANCHE	TOTAL
2010	2.391	574	2.965
2011	2.519	1.197	3.716
2012	2.656	1.260	3.916
2013	2.800	1.328	4.128
2014	2.956	1.402	4.358
2015	3.112	1.478	4.590
2016	3.280	1.556	4.836
2017	3.459	1.642	5.101
2018	3.647	1.729	5.376
2019	3.845	1.824	5.669
2020	4.056	1.925	5.981
2021	4.279	2.029	6.308
2022	-	1.056	1.056
	39.000	19.000	58.000

Durante o exercício de 2008, a Empresa contraiu um empréstimo de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração, na refinaria do Porto, no montante de mEuros 50.000. O empréstimo é remunerado a uma taxa fixa revisível e com o reembolso previsto numa única prestação em 15 de Outubro de 2017.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa contraiu um novo empréstimo de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de investimento, destinado ao financiamento do projecto conversão nas refinarias de Sines e Porto, no montante de mEuros 300.000. O empréstimo é remunerado a uma taxa fixa revisível, e tem o seguinte plano de reembolso previsto:

ANO	TOTAL
2012	6.000
2013	12.000
2014	18.000
2015	30.000
2016	48.000
2017	48.000
2018	30.000
2019	30.000
2020	24.000
2021	15.000
2022	12.000
2023	12.000
2024	12.000
2025	3.000
	300.000

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa assinou, com o Banco Europeu de Investimento, o contrato relativo à segunda e última tranche do financiamento do projecto conversão nas refinarias de Sines e Porto, no montante de mEuros 200.000, sendo o prazo total deste financiamento de 16 anos. Contudo, a 31 de Dezembro de 2009, a Empresa ainda não tinha utilizado este montante.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de mEuros 700.000, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um *spread* variável, e com o reembolso previsto de 40% em 20 de Maio de 2012 e 60% em 20 de Maio de 2013.

A emissão foi organizada pelo Banco Santander Totta, S.A. e pelo Caixa – Banco de Investimento, S.A.. A emissão foi participada por um conjunto de 14 bancos, nacionais e internacionais: Banco Santander Totta, S.A., Caixa – Banco de Investimento, S.A., Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., Banco BPI, S.A., Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., BNP Paribas e Caixa d'Estalvis y Pensiones de Barcelona (la Caixa) na qualidade de Joint Lead Managers e Caixa Económica Montepio Geral, Banco Millennium BCP Investimento, S.A., BB Securities Ltd. (Banco do Brasil), Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., Banco Itaú Europa, S.A. – Sucursal Financeira Internacional, Merrill Lynch International e Société Générale na qualidade de Co-Lead Managers. Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de mEuros 1.100.000, que se dividem em mEuros 650.000 de médio e longo prazo e mEuros 450.000 de curto prazo. Destes montantes estão utilizados mEuros 100.000 no médio e longo prazo, dado ser intenção da Empresa manter este financiamento até 2012, e de apenas depender de si a respectiva renovação.

A Empresa tem contratados empréstimos bancários que em alguns casos apresentam "covenants" que podem, caso sejam accionados pelas entidades bancárias, conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados. Os "covenants" existentes na Empresa consubstanciam-se essencialmente no cumprimento de rácios financeiros que pretendem acompanhar a situação financeira da Empresa, nomeadamente a sua capacidade para garantir o serviço da dívida. Em alguns casos estes "covenants" estão relacionados com a eventual alteração da estrutura accionistas, podendo por avaliação do Banco ser exigido o reembolso da dívida. Os valores destes rácios financeiros no fecho de contas do exercício de 2009 não colocam em risco a manutenção da vigência dos empréstimos contratados.

49. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009	2008
Outros devedores:		
Pessoal (Nota 25)	171	139
Outros devedores de cobrança duvidosa (Nota 21)	286	286
Outros	346	923
	803	1.348
Outros Credores:		
Pessoal (Nota 25)	64	69
Outros	51	80
	115	149

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 estas rubricas apresentavam o seguinte detalhe:

	2009	2008
Acréscimos de proveitos (Nota 16):		
Juros a receber	2.429	3.297
Outros acréscimos de proveitos	-	590
	2.429	3.887
Custos diferidos:		
Seguros diversos	141	232
Outros custos diferidos	313	397
	454	629
Acréscimos de custos:		
Encargos com pessoal cedido	4.039	2.725
Juros a liquidar	8.589	1.801
Fornecimentos e serviços externos	114	632
Bónus de desempenho	-	475
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	447	453
Outros acréscimos de custos	16	16
	13.205	6.102

Do montante de mEuros 8.589 registado na rubrica de acréscimo de custos, juros a liquidar, mEuros 3.278 referem-se ao empréstimo obrigacionista, mEuros 5.285 a juros vencidos de empréstimos de médio e longo prazo e mEuros 26 a outros empréstimos.

51. DETALHE DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2009	2008
Caixa	7	7
Depósitos à ordem	43.790	3.623
Descobertos bancários (Nota 48)	(304)	(210.472)
	(43.493)	(206.842)

52. OUTRAS INFORMAÇÕES – ATIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Activos contingentes

Na sequência da venda realizada no exercício de 1999 de 20% do capital social da OPTEP, SGPS, S.A., representada por 220.000 acções com valor nominal de 5 Euros por acção, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de 94.772 mEuros tendo sido atribuído um valor de 37.409 mEuros ao segmento 093X e um valor de 57.363 mEuros ao segmento E3G/Edinet.

A venda à EDP, S.A., celebrada por parte da GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., fusionada por incorporação na Empresa, foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP, SGPS, S.A., a 093X ou qualquer entidade directa ou indirectamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de Junho de 1999), a diferença entre o valor de 37.409 mEuros e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

mEUROS	EDP	GRUPO GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objecto de um aditamento em 28 de Setembro de 2000 entre a EDP, S.A. e o Grupo GDP, tendo sido prorrogado até 31 de Dezembro de 2003 o prazo de repartição da eventual mais-valia obtida com a venda futura das acções da Optimus.

Em Março de 2002, a EDP, S.A. anunciou a venda da participação detida na empresa OPTEP, SGPS, S.A., empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, à Thorn Finance, S.A.. O preço de venda foi estipulado em 315.000 mEuros, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em 1.235.779 mEuros, portanto acima do valor estipulado entre a EDP, S.A. e o Grupo GDP, que foi de 748.197 mEuros. Assim, haverá lugar a um *upside* para a empresa GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. a pagar pela EDP, S.A. no montante de 15.126 mEuros.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 continuaram os contactos entre as partes, tendo-se mantido no essencial, as suas posições.

Em virtude da constituição em 27 de Setembro de 1999 da Transgás SGPS, S.A., actualmente fundida na GDP-Gás de Portugal, SGPS, S.A. (Ex - GDP Distribuição, SGPS, S.A.), através de entradas em espécie, esta empresa passou a deter 220.000 acções da OPTEP anteriormente detidas pela Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., (actualmente denominada Galp Gás Natural, S.A.).

Uma vez que a EDP, S.A. não deu o seu acordo às supra referidas expectativas da Empresa, não foi efectuado o registo contabilístico do referido *upside* a receber.

Responsabilidades contingentes

Durante o exercício de 2009 ocorreu uma acção de inspecção fiscal à declaração de IRC do exercício de 2005 da Galp Energia, SGPS, S.A. e das subsidiárias Petrogal, S.A. e GDP – Gás de Portugal SGPS, S.A.. Desta, resultaram correcções à matéria colectável comunicada à Empresa e que conduzem a uma liquidação adicional de mEuros 23.587, tendo sido prestada uma garantia bancária em Janeiro de 2010 no montante de mEuros 27.010. Por não concordar com a correcção efectuada, a qual respeita essencialmente à tributação de mais-valias fiscais reinvestidas na aquisição de participações financeiras por ser entendimento da Administração Fiscal que a venda de parte das participações financeiras onde foi efectuado o reinvestimento é condição de tributação da totalidade da mais-valia diferida, a Empresa, apoiada pelos seus consultores fiscais e legais, apresentou uma reclamação graciosa onde contesta a fundamentação da liquidação em apreço.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
Eng. Manuel Domingos Vicente
Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
Eng. José António Marques Gonçalves
Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Dr. Massimo Mondazzi
Dr. Claudio De Marco
Dr. Paolo Grossi
Eng. Fabrizio Dassogno
Eng. Giuseppe Ricci
Eng. Luigi Spelli
Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia
Eng. Maria Rita Galli

RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 da Galp Energia, SGPS, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um total de 3.833.026 milhares de Euros e capitais próprios de 2.364.116 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 285.214 milhares de Euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira da Galp Energia, SGPS, S. A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3.c) do Anexo, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial. A Empresa preparou demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para aprovação e publicação em separado.

Lisboa, 22 de Março de 2010

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da Galp Energia, SGPS, S.A. (“Empresa”) do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 3.833.026 milhares de Euros e um total do capital próprio de 2.364.116 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 285.214 milhares de Euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Galp Energia, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 22 de Março de 2010

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por Pedro Matos Silva

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS INDIVIDUAIS

Exmos. Senhores Accionistas

1. Cumprindo as disposições legais e estatutárias apresentamos, a Vossas Excelências, o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora por nós exercida no decorrer do exercício de 2009, bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão, as contas e a proposta de aplicação de resultados relativos àquele exercício, elementos estes submetidos à nossa apreciação pelo Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A..
2. Submetemos, também, aos Exmos. Senhores Accionistas, a nossa apreciação sobre a certificação legal das contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas.
3. Cumpre-nos informar que compete ao Conselho Fiscal:
 - (i) a fiscalização da eficácia do sistema de gestão de riscos;
 - (ii) a fiscalização do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
 - (iii) a avaliação anual do funcionamento dos sistemas e dos respectivos procedimentos internos;
 - (iv) supervisionar a adopção, pela sociedade, de princípios e políticas de identificação e gestão dos principais riscos de natureza financeira e operacional ligados à actividade da Galp Energia.
4. A Galp Energia opera no sector petrolífero e de gás natural e, no âmbito das nossas atribuições, acompanhámos a gestão da sociedade e assistimos a diversas reuniões do Conselho de Administração que nos manteve informados sobre as diferentes políticas seguidas para o desenvolvimento da empresa.
5. Acompanhámos, junto da unidade corporativa de auditoria interna, o cumprimento da obrigação que lhe incumbe de instituir um sistema de controlo interno, de gestão de risco e de governo que lhe permita a detecção eficaz dos riscos ligados à actividade da empresa.
6. O Conselho Fiscal, no âmbito das suas funções, reuniu, também, com frequência, com a sociedade de revisores oficiais de contas e com os auditores externos os quais sempre prestaram todos os esclarecimentos técnicos e contabilísticos.
7. No decurso das nossas funções, comprovamos que o relatório do Conselho de Administração menciona os factos administrativos mais significativos, complementa as contas e contém referências aos negócios sociais esclarecendo adequadamente a gestão do exercício.
8. No final do exercício apreciámos a certificação legal de contas, sobre as demonstrações financeiras individuais do exercício de 2009, sem reservas nem ênfases, e com a qual concordamos.
9. O Conselho Fiscal declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários para as contas individuais (i) foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia, (ii) expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp Energia e (iii) contém uma descrição dos principais riscos com que a Galp Energia se defronta na sua actividade.
10. Como resultado das acções de fiscalização exercidas, acima resumidas, e das respectivas conclusões obtidas, somos de Parecer que os Senhores Accionistas da Galp Energia, SGPS, S.A., aprovem:
 - 1º - O Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados pelo Conselho de Administração;
 - 2º - A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2009;
 - 3º - Um voto de apreço e confiança ao Conselho de Administração pela forma criteriosa e eficaz como geriu os negócios da Galp Energia, SGPS, S.A..

Lisboa, 23 de Março de 2010

Presidente - Daniel Bessa Fernandes Coelho
Vogal - José Gomes Honorato Ferreira
Vogal - José Maria Ribeiro da Cunha

EDIÇÃO E REVISÃO DE TEXTO



DESIGN E CONCEPÇÃO
STRATDESIGN ▶



Galp Energia, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta
Direcção de Relações com Investidores e Comunicação Externa

Rua Tomás da Fonseca, Torre C
1600-209 Lisboa
Tel.: +351 217 240 866
Fax: +351 217 242 965
e-mail: investor.relations@galpennergia.com
www.galpennergia.com

